

O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E SEU PAPEL NA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: UM PARALELO DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E DITADURA MILITAR COM AS DUAS GESTÕES DO GOVERNO LULA

THE BRAZILIAN ELECTRICITY SECTOR AND ITS ROLE IN CAPITAL ACCUMULATION: A PARALLEL OF NATIONAL DEVELOPMENTALISM AND MILITARY DICTATORSHIP WITH THE TWO GOVERNMENT MANagements OF LULA

EL SECTOR ELÉTRICO BRASILEÑO Y SU PAPEL EN LA ACUMULACIÓN DE CAPITAL: UN PARALELO DEL NACIONAL-DESARROLLISMO Y DICTADURA MILITAR CON LOS DOS GOBIERNOS DE GESTIONES LULA.

Átila de Menezes Lima

Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Ceará (UECE), membro do Laboratório de Estudos da População – LEPOP (UECE) e Docente na Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF.

Rua Juaci Sampaio Pontes, 2967 – Bairro Camurupim – Caucaia-CE, Cep: 61625.000.

Tel (+55 85) 99651-0435).

Email: atilageo999@yahoo.com.br

José Meneleu Neto

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFCE) e Docente na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Rua Princesa Isabel 1691 – Bairro Farias Brito, Fortaleza - CE. 85999914733.

Email: jmeneleu@gmail.com

RESUMO

Este artigo traz como objetivo central a discussão acerca do papel da criação de infraestruturas no processo de acumulação do capital, além de estabelecer um paralelo entre a conjuntura, do que ficou conhecido no Brasil, como Nacional Desenvolvimentismo, Ditadura Militar com a conjuntura dos mandatos do Presidente Luiz Inácio da Silva, buscando evidenciar as semelhanças contidas no Programa de Metas, no Plano Nacional de Desenvolvimento e no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC no que concerne a criação de infraestruturas. A análise enfoca em específico o setor elétrico de origem hidroelétrica como ramo estratégico para as práticas governamentais pautadas na ideia do desenvolvimento econômico. A partir da análise documental e investigação histórica, pudemos concluir sobre a importância que este setor teve na integração do território e na

criação de infraestruturas para a acumulação de capital e para soluções temporárias para as crises de sobreacumulação.

PALAVRAS-CHAVE: Setor elétrico; nacional-desenvolvimentismo; Governo Lula; Acumulação do capital

ABSTRACT

The main objective of this article is the discussion about the role of infrastructure development in the capital accumulation process, and to establish a parallel between the conjecture, of what became known in Brazil as National Developmentalism, military dictatorship with the conjecture of the mandates of President Luiz Inácio da Silva, seeking to highlight similarities contained in the Goals Program, the National Development Plan and the Growth Acceleration Plan - PAC regarding the creation of infrastructure. The analysis focuses in particular the electric sector of hydroelectric origin as a strategic sector for government practices based on the idea of economic development. Based on document analyses and historical research, we can conclude about the importance that this sector has had on integration of the territory and creation of infrastructure for the accumulation of capital and for temporary solutions to overaccumulation crisis.

KEYWORDS: Electricity Sector; national developmentalism; Lula government; Capital accumulation.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo principal la discusión sobre el papel de la creación de la infraestructura en el proceso de acumulación de capital, además de establecer un paralelo entre la coyuntura, de lo que se conoce en Brasil, como nacional-desarrollismo, la dictadura militar con la situación de los mandatos del Presidente Luiz Inácio da Silva, tratando de resaltar las similitudes que figuran en el Programa de Objetivos, el en Plan Nacional de Desarrollo y el Plan de Aceleración del Crecimiento - PAC con respecto a la creación de infraestructura. El análisis se centra en particular el sector Eléctrico de origen hidroeléctrica como un sector estratégico para las prácticas de gobierno basado en la idea de desarrollo económico. Desde el examen de documentos y de la investigación histórica, podemos concluir acerca de la importancia que este sector tuvo en la integración del territorio y en la creación de infraestructura para la acumulación de capital y de soluciones temporales para sobreacumulación de crisis.

PALABRAS-CLAVE: Sector elétrico; nacional-desarrollismo; Gobierno Lula; Acumulación de capital

INTRODUÇÃO

Ao esboçarmos uma proposta de geografia histórica do capitalismo¹ contida na obra de Harvey (2005), evidenciamos que na busca para fugir de suas crises, o modo de produção capitalista, personalizado em seus representantes de classe, tem na produção de infraestruturas, setores estratégicos, assim como em espaços propícios a acumulação de capital, uma de suas válvulas de escape temporária. No caso da realidade brasileira, evidenciamos, sobretudo a partir da década de 1950, volumosos investimentos de capital na criação de infraestruturas por parte do Estado com intuito de desenvolver as forças produtivas em território nacional e garantir a expansão e aprofundamento da sociabilidade do capital.

Partindo destas reflexões, analisamos o papel da infraestrutura energética, mais especificamente o setor de energia elétrica de matriz hidroelétrica para o desenvolvimento industrial e de acumulação de capital no período de 1954 a 1974. Este recorte temporal foi marcado por várias transformações na política e na economia brasileira, período conhecido como nacional desenvolvimentismo e pela ditadura militar. Segundo Brasil (2010) “as décadas de 1960 e 1970 marcaram a fase de maior investimento na construção de grandes usinas hidroelétricas”. Para uma melhor compreensão dos processos e mediações destes investimentos, fizemos uma análise correlacionando à criação da infraestrutura elétrica com a transição do Brasil agroexportador para urbano industrial que teve seu auge nas décadas de 1960 e 1970.

Feito a análise daquele período, estabelecemos um paralelo através da análise dos conteúdos contidos nos documentos e em dados estatísticos com a conjuntura dos dois mandatos de Luiz Inácio da Silva no que concerne à criação de infraestruturas, sobretudo a de energia de base hidroelétrica e na adoção do planejamento como técnica de racionalização e intervenção estatal.

Com isso pudemos perceber a prioridade por parte do Estado brasileiro na criação e em investimentos em infraestruturas, dentre os quais, o setor elétrico teve bastante destaque, demonstrando semelhanças com o período assinalado anteriormente, assim como evidenciando a importância deste setor para o desenvolvimento industrial do Brasil e para a reprodução ampliada do capital no decorrer de nossa história econômica.

¹ Para tratar com profundidade desta temática, ver artigo: LIMA, Á. M.; AMORA, Zenilde Baima. Debates Acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: Elementos para a Análise Espaço-Temporal. Espaço Aberto (UFRJ), v. 2, p. 51-72, 2012.



De acordo com o *Anuário Estatístico de Energia Elétrica* (2013, p.31) o Brasil era o segundo maior gerador de energia hidroelétrica do mundo em 2010, com 403,3 TWh², ficando atrás somente da China com 713,8 TWh. Conforme Brasil (2010) “o Brasil possui uma matriz de energia elétrica que conta com a participação de 77,1% da hidroeletricidade, proveniente de 140 usinas em operação, com perspectiva de aumento do uso dessa fonte”.

Segundo Brasil (2010)

A previsão do Plano Decenal de Energia é que o País terá 71 novas usinas até 2017, com potencial de geração de 29.000 MW, sendo 15 na bacia do Amazonas, 13 na bacia do Tocantins-Araguaia, 18 no rio Paraná e 8 no rio Uruguai. As 28 usinas hidrelétricas planejadas na região amazônica têm no seu conjunto, a capacidade instalada de 22.900 MW. (BRASIL, 2010, p.1).

As reflexões e os números apresentados nos levam as seguintes indagações: qual o papel da criação da infraestrutura hidroelétrica, para a acumulação e reprodução de capital? Qual o papel do setor elétrico no contexto do desenvolvimentismo e do que alguns estudiosos assinalam como “neodesenvolvimentismo”? Estas são algumas reflexões que passam as reflexões do artigo.

Para fins didáticos, analisamos a conjuntura de 1954 a 1974 (Nacional-Desenvolvimentismo e Ditadura Civil-Militar³) como um período de semelhanças no que se refere ao processo de acumulação de capital, da superexploração da classe trabalhadora e dos investimentos em infraestruturas, mesmo cientes de suas especificidades no contexto político, sendo o primeiro caracterizado por um Estado autocrático⁴ e o segundo assumindo o Estado um caráter Bonapartista autoritário.

Ao estabelecermos o paralelo destes períodos de nossa história, a ideia não é comparar formas ou gestões de governo, nem mesmo equivaler diferentes contextos de nossa história econômica, mas sim entender como o capital se apropria das diferentes formas de governabilidade⁵ (ditaduras, estado democrático de direito) para fins de acumulação através de grandes investimentos em infraestruturas.

² Terawatts-hora. O TWH equivale a 10 elevado a 12 Wh, um número com 12 zeros, pois o prefixo T de Tera vale 10 elevado a 12.

³ Denominamos de ditadura civil-militar, porque passados 51 anos do golpe e instituição da ditadura, ficou evidente a participação de representantes civis, sobretudo de empresários e outras entidades de classe tanto no golpe, como na manutenção da mesma. Para uma leitura minuciosa destas assertivas ver: PAULO NETO, José. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985) – São Paulo: Cortez, 2014.

⁴ De acordo com Chasin (2000), o Brasil sempre foi rico em ditaduras e “milagres” econômicos. Segundo este autor em momentos de estabilidade política e econômica o Estado brasileiro assume um caráter autocrático (regido por si mesmo), onde poucos guiavam os rumos da nação. Já em momentos de crise, o Estado assumia seu caráter Bonapartista, na forma de ditaduras armadas. O interessante a se observar é que nas duas formas de poder, as massas populares estão à margem das transformações, caracterizando assim, as transformações “pelo alto”.

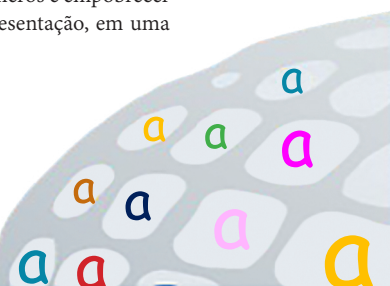
⁵ Um bom exemplo de como o capital se apropria de diferentes perspectivas de governo pode ser demonstrado na primeira experiência neoliberal que se deu na ditadura militar do Chile e que logo após foi apropriada pelas democracias da Inglaterra e Estados Unidos da América.

A escolha dos recortes temporais se deve justamente por ser nestes momentos da história brasileira, períodos de maciços investimentos em infraestruturas por parte do Estado, da exacerbação do debate do desenvolvimento da economia nacional e da utilização do planejamento. Mesmo o curto intervalo de tempo das gestões do mandato democrático dos governos de Luiz Inácio da Silva se comparado com os recortes temporais anteriores, é marcado por um vasto investimento econômico de capital em infraestruturas e no social, ficando isto evidente no Programa de Aceleração e Crescimento – PAC, caracterizado pelos grandes investimentos no setor elétrico e em obras de integração nacional como a proposta de integração das águas do rio São Francisco, dos investimentos em grandes usinas hidrelétricas, assim como na expansão em investimentos em moradias populares.

Conforme Pinassi (2008; 2011; 2015) a conjuntura das décadas de 1950 a 1970 foi o contexto de criação das infraestruturas e estruturação do capitalismo industrial brasileiro e que na própria ditadura temos o início da abertura econômica ao neoliberalismo que entre continuidades e rupturas vai estar presente nas gestões presidenciais até a atualidade. Segundo esta autora o que hoje chamamos de “neodesenvolvimentismo” não rompeu a lógica neoliberal, pelo contrário, introduziu apenas medidas compensatórias neokeynesianas, claramente identificadas nos programas de incentivo ao crédito e de consumo de massas.

Ao utilizarmos análise documental e discursiva com fundamentações no tripé metodológico⁶ lukacsiano de buscar a gênese, a função social e o caráter imanente da leitura sobre a ideologia, pudemos constatar na leitura dos documentos (primários e secundários) semelhanças e diferenças dos contextos históricos. As semelhanças são evidenciadas, sobretudo na prioridade dos investimentos de capital em grandes obras de infraestruturas, no discurso da integração e desenvolvimento de um capitalismo autônomo, na diminuição das desigualdades regionais e sociais via consumo das massas. As diferenças constatadas é que na conjuntura do desenvolvimentismo e da ditadura parte dos projetos não se concretizaram, vindo a ter maior eficácia nas gestões do governo Lula, com os investimentos em infraestruturas e sobretudo a partir da inclusão do consumo de massa via programas sociais e da expansão do crédito. Essas constatações de forma alguma são realidades criadas a partir da subjetividade dos autores deste artigo, pelo contrário estão contidas nos planos de governos e são plenamente e ontologicamente demonstrados pela atual conjuntura histórica e pelos estudos de pesquisadore(a)s críticos como Pinassi (2008; 2011; 2015), ou apologéticas do “neodesenvolvimentismo” caso da análise de Boito Jr. (2012).

⁶ Assinalamos para a importância da análise documental como importante instrumento metodológico para a geografia. Este procedimento é um eficiente recurso para chegarmos aos sujeitos da produção do espaço e nos proporciona a possibilidade de leitura dos processos e mediações que ficam ocultos nos dados estatísticos. Reduzir o que é científico a números é empobrecer por demais as múltiplas determinações que compõe a realidade, é transformar a realidade em uma representação, em uma narrativa matemática do que é ou não é científico.



Para realização dos objetivos propostos, utilizamos como documento base de nossa análise, o Plano Nacional de Eletrificação (PNE), elaborado no segundo governo Vargas (1951-1954) por sua assessoria econômica; o II Plano Nacional de Desenvolvimento – PND (1975-1979); o Plano Plurianual (2008-2011); o documento de referência para a abordagem da Dimensão Territorial do Desenvolvimento Nacional no Plano Plurianual (2008-2011); além do documento denominado de: Estudo da dimensão territorial para o planejamento (volumes I, II e III), assim como análise de documentos secundários que analisam o Plano de Metas.

A CONJUNTURA DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO NO CONTEXTO DE EXPANSÃO DAS FORÇAS PRODUTIVAS NA TRANSIÇÃO DE UMA ECONOMIA AGROEXPORTADORA PARA URBANO-INDUSTRIAL

Em suas reflexões sobre o processo de eletrificação do Brasil no período de 1956 a 1967, Silva (2011) nos oferece um precioso panorama da particularidade do desenvolvimento das forças produtivas e do caráter conservador da burguesia nacional neste momento. O autor nos apresenta a vasta polêmica do processo de eletrificação do país, marcada, sobretudo, pelos interesses políticos entre nacionalistas e privatistas (com apoio internacional), sobre o processo de criação da Eletrobrás e sobre a gestão do setor da energia, considerado estratégico no contexto geopolítico do debate.

Estabelecendo um debate acerca do imperialismo e de seu monopólio sobre setores estratégicos na periferia do mundo, Silva (2011) nos demonstra que desde o final do século XIX e início do século XX, o monopólio do setor elétrico brasileiro estava sobre o domínio das concessionárias estrangeiras, sobretudo na posse das empresas *American and Foreign* Empresa Cliente - *Amforp* com sede nos Estados Unidos da América e da *Light and Power*, de capital canadense. Durante a República Velha, estas empresas rapidamente tiveram o domínio do setor elétrico nacional e isso, de acordo com Silva (2011), com o apoio dos governos estaduais e federais, sobretudo dos centros econômicos de São Paulo e Rio de Janeiro. Silva (2011, p.47) afirma que “tal fato levou, por exemplo, a Light and Power a deter, em 1930, 40% da capacidade total do fornecimento da energia elétrica do país”. No caso da Amforp, que iniciou suas atividades em 1927, rapidamente espacializou seu domínio para vasta porção do território nacional. Conforme Silva (Idem, *ibid.*) a Amforp adquiriu controle de concessionárias “no interior de São Paulo e em Recife, Salvador, Natal, Maceió, Vitória, Niterói-Petrópolis, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Pelotas”.

Como podemos observar, o domínio do capital estrangeiro nos remete as reflexões ao nível escalar do capital e dos debates estabelecidos por Harvey (2005) acerca da necessidade expansiva do capitalismo para a garantia de sua reprodução ampliada. Fazendo

uma leitura atenta da obra de Marx, Harvey (2005a) assevera que a teoria da acumulação do capital deste pensador também é decorrente de um contexto geográfico, criador de estruturas geográficas específicas. Segundo Harvey (2005a)

A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico [e] inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. O estado estacionário da reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção. (MARX, 2005a, p.43).

É justamente quanto ao caráter expansível do capital, que Harvey (2005a) faz atribuições sobre o que denomina de ajustes espaciais e, posteriormente, ordenações espaço-temporais (Harvey, 2005b)⁷, justificando que o capitalismo tem, na produção do espaço, uma de suas perspectivas de reprodução e mesmo de fuga das crises. Podemos evidenciar claramente esses processos assinalados por Harvey, nos investimentos e exportação de capital para o setor elétrico brasileiro e na obtenção dos lucros a partir da distribuição da energia no país desde o início do século XX.

Conforme discussões elencadas por Lênin (2008) e sua teoria do imperialismo, alguns procedimentos foram fundamentais neste contexto histórico do capitalismo para o estabelecimento de monopólios em setores estratégicos, tais como a intensificação das exportações de capitais, a repartição do mundo entre trustes internacionais e a divisão entre as potências capitalistas, de territórios coloniais fornecedores de matéria-prima e força de trabalho barata. No caso da expansão do imperialismo no Brasil, Silva (2011), destaca sua contínua ação em setores como os serviços de esgoto, gás, comunicação, transportes, portos e finalmente, a energia Elétrica. O exemplo da *Light and Power* é bem ilustrativo conforme nos assevera Silva (2011)

Além das atividades de fornecimento de energia elétrica comercial e residencial, a *Light and Power* se destinaria à implantação de linhas férreas, telegráficas e telefônicas. Assim, a empresa garantiu o monopólio sobre os serviços de bondes e o fornecimento de energia elétrica na cidade de São Paulo, por meio de um decreto do presidente da República, Campos Sales, naquele mesmo ano. (SILVA, 2011, p.45).

Conforme discussões elencadas por Silva (2011), o monopólio por parte do capital estrangeiro neste ramo estratégico (setor elétrico) causou divergências entre aqueles que defendiam o monopólio do setor elétrico por parte do Estado e os que defendiam o mo-

⁷ É importante atentar que em sua geografia história do capitalismo, que é uma leitura de longa duração, Harvey destaca que os ajustes espaciais tem maior intensidade nos anos 70 do século XX, mas este é um movimento que já acontece há alguns séculos. Já a utilização do urbano para a reprodução da acumulação de capital também é antiga basta citar o exemplo da reforma urbana proporcionada pelo Barão de Haussmann em Paris.



nopólio por parte das empresas estrangeiras. No meio da polêmica encontravam-se os empresários nacionais, representantes do capital internacional, funcionários públicos, técnicos e especialistas.

Desta polêmica, temos o confronto ideológico e político entre privatistas e nacionalistas. Os primeiros, segundo Silva (2011, p.23) defendiam que “somente a participação do capital estrangeiro poderia impulsionar o processo industrial e, com isso, superar o estágio de subdesenvolvimento em que o país se encontrava”. Já os nacionalistas defendiam forte participação do Estado nos setores de infraestruturas e no setor produtivo. Estas polêmicas se acentuam ainda mais com a política nacionalista empreendida por Vargas, sobretudo em seu segundo mandato.

Chegamos neste momento as seguintes indagações: qual o interesse de investimentos no setor elétrico brasileiro por parte do capital internacional do início do século XX até meados dos anos 50 e 60? Em que contexto se dava o processo de desenvolvimento de um capitalismo de base industrial no Brasil? Este desenvolvimento se deu de forma exógena, sem um processo de acumulação interna? Ocorreu de forma endógena com pouca participação do capital internacional? Ou por um processo de acumulação de capital interno vinculado a divisão internacional do trabalho? Aqui adentramos numa seara complexa com interpretações distintas.

Para responder tais questões, inevitavelmente devemos elencar, mesmo que de forma rápida, as diferentes interpretações sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Neste sentido, temos teses que defendem a criação de um mercado interno via crescimento e expansão da renda monetária, da qual podemos citar Furtado (1968) que assinala para o processo de substituição de importações. De acordo com Corrêa (2003), a análise da substituição de importações elaborada por Furtado teria sua formulação mais acabada com o trabalho de Maria da Conceição Tavares em seu clássico *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro* (1982). Tavares (1982) pode ser incluída entre aqueles economistas de viés marginalista e parte do pressuposto de que a partir da crise prolongada dos anos de 1930, as economias primárias exportadoras da América Latina conseguiram romper o modelo de desenvolvimento voltado para fora via exportações de bens primários, por um modelo de desenvolvimento “voltado para dentro”.

Nas formulações de Furtado (1968), a economia brasileira era extremamente dependente do capital estrangeiro e, portanto, boa parte do desenvolvimento do capitalismo brasileiro se deu de fora para dentro, ou seja, adotou o modelo de crescimento para fora. As teorizações elaboradas por Furtado ficaram conhecidas como ‘teoria cepalina’ e carrega-

vam em si um caráter dualista, conforme assinala Oliveira (2003) ao ver um Brasil “moderno” e outro “arcaico”.

Na visão cepalina, as desigualdades entre os lugares se daria por causa da divisão desigual das técnicas, criando, assim, regiões modernas em oposição a outras arcaicas. A superação do atraso, assim como da situação de subdesenvolvimento, se daria a partir do processo de industrialização nacional, substituindo o que antes era importado. Neste sentido, os estudos cepalinos não deram tanta atenção à problemática de que o desenvolvimento desigual dos lugares estava atrelado ao processo de acumulação de capital interna, não levando em consideração, dessa forma, alguns condicionantes sociais e políticos particularizados do Brasil.

De acordo com Mello (1982) a economia política da CEPAL nasceu para explicar a natureza do processo de industrialização da América Latina no período de 1914 a 1945. Este autor assinala que

Não é difícil, portanto, localizar a problemática da Economia Política da CEPAL. Todo espaço do discurso cepalino está organizado em torno da ideia de independência econômica da Nação. Melhor ainda: a problemática cepalina é a problemática da industrialização nacional, a partir de uma “situação periférica”. (MELLO, 1982, p.20).

Surge daí as interpretações de que as economias periféricas seriam meros prolongamentos das economias centrais e não economias nacionais, negando assim a existência de um processo de acumulação interno destes espaços.

Negando tal premissa, João Manoel Cardoso de Mello (1982) critica a visão cepalina por analisar a problemática da industrialização somente pela situação periférica e dependente, desconsiderando a existência de um capitalismo próprio da América Latina. Fazendo uma análise criteriosa desta teoria, o autor supracitado assinala que a percepção da falha das teses da CEPAL para a realidade latino-americana com exceção em alguns momentos para o caso brasileiro, levou a adesão dos cepalinos a proposições de reformas nas estruturas e tentou explicar teoricamente o fracasso a partir da teoria da dependência à qual a CEPAL aderiu.

Fazendo uma leitura crítica, mas sem romper o caráter dualista do desenvolvimento, temos as proposições que assinalam para o modo de produção subdesenvolvido. Esta teoria atribui muita ênfase na situação de dominação e do processo de acumulação de capital na esfera do capitalismo mundial, mas acaba esquecendo, por vezes, das relações internas, tanto no contexto da acumulação, como da dominação de classes.



De acordo com Mello (1982) a vertente da dependência representada por André Gunder Frank e a teoria do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” não passam de uma radicalização da problemática cepalina, quando pautam, em seu núcleo, a continua rearticulação de uma relação de exploração entre Metr pole e satélites (cidades presas essencialmente às metrópoles).

Oliveira (2003) faz críticas severas a tais proposi es afirmando que

Ao enfatizar o aspecto da dependência – a conhecida rela o centro-periferia – os teóricos do “modo de produ o subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de domina o que formaram as estruturas de acumula o próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das rela es externas, e o problema transformou-se assim numa oposi o entre na es, passando despercebido o fato de que, antes de oposi o entre na es, o desenvolvimento ou crescimento   um problema que diz respeito   oposi o entre classes sociais internas. (OLIVEIRA, 2003, p.33).

Estas reflexões são fundamentais para assinalarmos que o processo de acumula o de capital no Brasil não se deu necessariamente a partir do café em São Paulo, conforme análise de Mello (1982), mas já estavam sinalizadas nas rela es de trabalho e de explora o acontecidas no Nordeste açucareiro, no nordeste algodoeiro e pecuário, conforme assinala Oliveira (1981). Tais proposi es inclusive nos permite refutar a tese do capitalismo tardio de João Manuel Cardoso de Melo (1982) e reafirmar a tese do capitalismo híper-tardio⁸, de burguesia atrófica de Chasin (1978; 2000).

Outra tese com enfoque na teoria da dependência foi elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1970) no qual assinalavam para a importância de entendermos que existiu um desenvolvimento endógeno no Brasil e na América Latina, destacando a existência de um capitalismo próprio neste continente. De acordo com Oliveira (2003)

Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto elaboraram uma teoria da dependência cuja postula o essencial reside no reconhecimento de que a própria ambiguidade confere especificidade ao subdesenvolvimento, sendo a “dependência” a forma em que os interesses internos se articulam com o resto do sistema capitalista. (OLIVEIRA, 2003, p.33).

Conforme Mello (1982), Fernando Henrique Cardoso e Falleto em sua obra *Dependência e desenvolvimento*, avançam em rela o às teorias da CEPAL, pois levam em considera o a particularidade das condi es sociais e políticas do Brasil e, sobretudo, assinala para a problemática do modo de produ o próprio da América Latina. De acordo com Mello (1982)

⁸ Para uma leitura do capitalismo tardio, ver: O capitalismo tardio: contribui o   revisão crítica da forma o e do desenvolvimento da economia brasileira, de João Manuel Cardoso de Melo (1982). Para o debate sobre o capitalismo híper-tardio ver José Chasin nos livros: O integralismo de Plínio Salgado forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. 1. ed., São Paulo: Livraria Ciências Humanas 1978) e no livro A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar   crise social – Santo André (SP): Ad Hominem, 2000.

As implicações fundamentais deste estilo de análise proposto são bastante claras: 1) o desenvolvimento latino-americano não é um desenvolvimento qualquer, mas um desenvolvimento capitalista; 2) o desenvolvimento capitalista na América Latina é específico, por que realizado numa “situação periférica nacional”. (MELLO, 1982, p.25)

Neste sentido, o autor assinala que a dinâmica social latino-americana é determinada em primeira instância por fatores internos e em última instância por fatores externos. Entretanto, o mesmo autor assinala para as limitações do trabalho de Cardoso e Falleto, de não rompimento com o critério cepalino de periodização histórica, qual seja: economia colonial/economia nacional, crescimento para fora, industrialização por substituição de importações e industrialização extensiva/industrialização intensiva que segundo o autor

é reproduzido tomando em conta “fatores sociais e políticos” (Sociedade colonial/Sociedade Nacional, crescimento para fora, consolidação do mercado interno, internacionalização do mercado) e das explicações cepalinas para a “passagem econômica” de uma etapa a outra, de um período a outro. (MELLO, 1982, p.26)

Para suprir tais limitações, Mello (1982) cria sua apreensão sobre o capitalismo brasileiro em sua tese sobre o capitalismo retardatário ou o capitalismo tardio. Dessa forma, o autor parte da premissa que a constituição das economias primário-exportadoras representa o surgimento do capitalismo na América Latina. Para tanto, o autor se empenha em minuciosa análise da realidade brasileira, sobretudo apoiado em Fernando Novais (1985) para poder afirmar a existência de um capitalismo próprio da América Latina, sendo o Brasil a referência analítica.

Mello (1982) apresenta uma boa contribuição para entendermos o processo de industrialização no Brasil, sobretudo com o enfoque em São Paulo, entendendo-a como uma industrialização retardatária, aprofundando a discussão sobre o conceito de industrialização restringida, desenvolvido inicialmente por Maria da Conceição Tavares (1982).

De acordo com Mello (1982), o capitalismo retardatário deve ser entendido como específico, possuindo uma dupla determinação: “por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o contexto de domínio do capitalismo monopolista em escala mundial”. Já no que se refere à industrialização restringida, em consonância com Mello (1982), esta ocorre porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante num golpe o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, permitindo assim o processo de desenvolvimento industrial.

Apesar da grande contribuição das proposições deste autor, assinalamos que suas interpretações, ao analisar o Brasil enquanto particularidade, na realidade, a entende enquanto singularidade, anulando assim a categoria da particularidade e a volta dialética ao

universal ao se prender com tanta ênfase nas singularidades do contexto histórico e social da economia latino-americana, com destaque ao Brasil.

O enfoque em determinado momento é tamanho que chega ao risco de cair em um estudo que supervaloriza o singular e empirista, como nos observa Chasin (2000). O recorte analítico do autor, no que concerne a dimensão territorial, também deixa a desejar visto que ignora uma série de processos e mediações que ocorreram naquilo que viria a se chamar de Nordeste, o que por vezes nos dá a impressão de mero paralelo, numa reafirmação da analítica paulista⁹ em oposição a outras perspectivas analíticas.

Um enfoque nas relações sociais, no caráter conservador e reacionário das classes sociais, assim como o enfoque nas relações de trabalho e no papel da legislação das leis trabalhistas não foram tão enfocados pelo autor, culminando assim numa visão um tanto quanto estruturalista da realidade. Por tais razões, optamos pela análise do capitalismo híper-tardio, de via colonial e de burguesia atrofada proposta por Chasin (2000) que nos traz mais elementos para o entendimento da realidade brasileira.

Chasin (2000) propõe o estudo dialético entre o movimento do universal e do singular a partir da categoria da particularidade, tendo por objetivo compreender a forma da objetivação do capitalismo no Brasil.

Diga-se, então, sem mais, que o problema fundamental de colher, à maneira dialética, a entificação do capitalismo no Brasil diz respeito à questão dos particulares, ou, realçando a dimensão ontológica, à verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalismo, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas (CHASIN, 2000, p.13).

Para tanto, o autor estabelece um contorno interpretativo geral do caso brasileiro a partir do capitalismo de via prussiana, mais especificamente do caso alemão, destacando que tanto na Alemanha, quanto no Brasil, a propriedade rural é presença decisiva, o reformismo pelo alto caracteriza o processo de modernização, impondo-se desde logo soluções conciliadoras no plano político, deixando de fora as classes subordinadas nas transformações sociais. Além disso, nos dois casos, conforme Chasin (2000), a expansão das forças produtivas é mais lenta e o processo de industrialização se deu de forma retardatária e tardia em relação ao capitalismo clássico.

Todavia, o próprio autor assinala que o caso alemão deve ser tomado como fonte e não como modelo, visto que a concretude do movimento dos processos históricos no Brasil não

⁹ Chasin (2000) em artigo de nominado A Sucessão na crise e a crise na esquerda, denomina a analítica paulista, conjunto de teorias com fins práticos dos quais destaca-se a teoria da dependência, a teoria do autoritarismo, a teoria do populismo e a teoria do marginalismo, como o quadrúpede teórico de base de reflexão da nova esquerda, destacando seu descompromisso com a radicalidade operária e reduzindo todos os debates e instâncias da vida a esfera do político em sobreposição ao econômico.

ocorreu de forma idêntica aos da Alemanha. De acordo com o autor, enquanto na Alemanha a propriedade rural tinha características da propriedade feudal, no caso brasileiro, a mesma é originária do universo da economia mercantil, pela empresa colonial. Da mesma forma ocorre com o processo de industrialização, que no caso alemão ocorreu no final do século XIX, atingindo grande velocidade e expansão a ponto de alcançar configurações imperialistas, no Brasil o processo de industrialização principia a se realizar, nas palavras de Chasin (2000, p.17) “muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos polos hegemônicos da economia internacional”. E nisto o autor acrescenta que o “verdadeiro capitalismo” alemão é tardio, se bem que autônomo, ao passo que o brasileiro, além de hiper-tardio, é caudatário das economias centrais. Neste caso, o autor assinala que o capitalismo brasileiro é um capitalismo de via colonial, com um Estado autocrático e de uma burguesia atrofada.

Chasin (2000) em seu livro *A miséria brasileira* denominou de capital atrofado o tipo de capital que se configurou para a realidade brasileira, caracterizado por sua debilidade objetiva, própria de um capital induzido externamente, com pouca autonomia, sendo subordinado ao imperialismo, incompleto e “incompletável”, dependente do Estado para financiar seus projetos e assentado na superexploração da força de trabalho.

A junção da análise de Chasin com a leitura de Francisco de Oliveira nos permite um olhar da totalidade acerca do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Neste sentido, apresentamos as proposições assinaladas por Oliveira (1977; 1981; 2003) acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Segundo Oliveira (1977), podemos evidenciar duas correntes principais que analisam o capitalismo brasileiro. Uma foi a de perspectiva histórico-estruturalista e a outra a dos neoclássicos e marginalistas. A primeira, conforme análise do autor ressalta aspectos da formação do mercado interno, via expansão da renda monetária das exportações, sobretudo do café. Já os neoclássicos e marginalistas ressaltaram a importância do processo de alocação dos fatores econômicos e sua distribuição entre produção para exportação e produção para o consumo interno. Conforme interpretação de Oliveira (1977) existia um fundo teleológico comum nas posições antagônicas, qual seja: as duas concordavam que a economia brasileira estava destinada a etapas superiores de atividades econômicas, seja pela existência de recursos naturais, mão de obra, vastidão continental e mercado interno. De acordo com o autor, chegar ou não as etapas superiores era para os neoclássicos uma questão de distorção da alocação de recursos e para os histórico-estruturalistas seria uma decorrência natural da renda produzida pelas exportações. Discordando de tais interpretações, Oliveira (1977) assinala que



Há que se ver o movimento das forças sociais em ação, e as diversas situações não devem ser entendidas nem como desvios nem como decorrência natural. O único destino – no sentido trágico da expressão – que se pode legitimamente aceitar no caso da economia brasileira é seu ponto de partida: uma economia e uma sociedade que foram geradas a partir de um determinado pressuposto. Este é, concretamente, seu nascimento e sua inserção no bojo da expansão capitalista ocidental. Portanto, o desenvolvimento, no sentido de expansão da economia brasileira consistirá na reafirmação ou negação da forma de produção do valor específico do capitalismo; as diversas situações são, pois, expressões da dialética de produção dessa forma de valor. Não há nenhum destino quanto ao ponto de chegada. (OLIVEIRA, 1977, p.11).

A citação anterior, apesar de extensa, é essencial para responder às questões anteriores sobre o caráter específico do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ou seja, o mesmo é produto da relação dialética das relações e processos internos ao Brasil, mas em sua relação com um processo de acumulação de capital em escala mundial.

Neste sentido, Oliveira (2003) critica os vícios metodológicos, pautados no economicismo de análises que isolam as condições econômicas das políticas, desconsiderando, desta forma, a regulação do trabalho como importante elemento de análise, a exemplo dos que interpretam o padrão salarial de forma independente das condições criadas pelo exército industrial de reserva. Oliveira (1981; 2003) assinala para importância das mudanças ocorridas no pós-30, sobretudo para o desenvolvimento industrial do centro-sul, a redivisão regional do trabalho em escala nacional ocorrida por este processo e o papel da legislação trabalhista no processo de acumulação de capital. Sobre este item em específico, Oliveira (1981, p.74) assinala que a legislação trabalhista torna a “força de trabalho numa mercadoria completamente desenvolvida e específica, guardando diferenças regionais, dissolvendo o dualismo que tendia a formar-se entre os distintos mercados de trabalho”. Assim, em consonância com o autor, a regulamentação das relações capital-trabalho conferiu por si mesma, enorme potência à acumulação, que se materializou na indústria, nos equipamentos, na criação de infraestruturas necessária.

Neste sentido, o desenvolvimento industrial de São Paulo, que estava articulado aos ciclos de acumulação, demonstra todo um processo de concentração e centralização de capitais, assim como de equipamentos, além da aceleração do processo de urbanização. A industrialização de São Paulo neste contexto, conforme Oliveira (1977; 1981), começa a redefinir a divisão regional do trabalho, assim como impor seu equivalente geral para o restante do território nacional, criando um espaço capitalista nacional. Aqui respondemos a primeira questão acerca de qual o interesse do capital internacional pelo setor elétrico, ora seja, este percebendo a expansão das forças produtivas, sobretudo em São Paulo, começou a investir e criar monopólios em um setor estratégico para o desenvolvimento nacional.

Neste sentido, a realidade brasileira passava por um processo de transição em sua economia que permitia a criação de um mercado de consumo interno e de um novo padrão de acumulação, criando assim a necessidade de substituição de importações.

Traçando uma breve análise espaço-temporal do segundo governo Vargas (1951-1954), e mesmo um pouco antes (finais dos anos 40), podemos evidenciar que tanto em contexto nacional, assim como na escala internacional, o capitalismo vinha passando por constantes transformações. Em escala internacional, o mundo passava pelo contexto do pós-guerra e pela disputa política-ideológica entre as grandes potências no período em questão (Estados Unidos e União Soviética). Os E.U.A lançava mão de todo um pacote ideológico, sobretudo a partir do discurso do Presidente Truman em 20 de janeiro de 1949. Conforme Esteva (2000), naquele dia uma nova era se abria para o mundo – a era do desenvolvimento. De acordo com Hobsbawm (1995) o período posterior a Segunda Guerra mundial pode ser considerado os “anos dourados” do capitalismo.

Nunes (2004) afirma que os 30 anos que sucederam 1945, “caracteriza-se por um extraordinário crescimento econômico e transformações sociais a partir dos quais podemos dizer que o capitalismo passou por uma fase de grande “auge””.

Naquele contexto, a Europa vivia o chamado “Estado de bem estar Social” e podíamos perceber ainda uma grande expansão da indústria em escala mundial. De acordo com Hobsbawm (1995)

A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturados quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, e o que é ainda mais impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. (...). (HOBBSBAWM, 1995, p.257).

Trazendo o debate para a escala nacional e entendendo que o capitalismo se desenvolve geograficamente desigual e de forma combinada, no Brasil passávamos por um contexto de substituição das importações decorrente da crise que abateu sobre o capitalismo mundial no período da Segunda Guerra, fato que colaborou para a intensificação do setor industrial brasileiro, pois a indústria nacional começou a fabricar produtos similares aos que eram importados. De acordo com Silva (2011), isto levou a aceleração notável da industrialização entre 1930 e 1950. Durante a década de 30, a produção industrial havia se elevado a uma taxa média de 10% ao ano, enquanto, no mesmo período, a produção agrícola havia caído a uma taxa média de menos 10% ao ano. De acordo com Silva (2011)

Durante os anos de 1943 e 1944, em meio à Segunda Guerra Mundial, o crescimento da produção industrial atingiu respectivamente: 13,5% e 10,7%. Apesar da queda do crescimento industrial registrada em 1945, no ano subsequente tal crescimento atingiu o número expressivo de 18,7%. No ano de 1947, o Brasil assistiu a um fato até então inédito: o valor da produção industrial superou o valor da agrícola. (SILVA, 2011, p.71).

Ainda segundo Silva (2011), de 1948 a 1952, a liderança da economia brasileira coube à indústria. Oliveira (1977) aponta que, em 1947, a participação da indústria regional no total da indústria brasileira, o sudeste apresentava 71,7% deste total, passando, no ano de 1957, para 76,2% sendo as outras regiões do país responsável pelo restante. É justamente neste contexto que Oliveira (2003) afirma que o Brasil passava de uma economia agrário-exportadora para urbano-industrial e isto seria ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista em território nacional. É importante atentar que em suas reflexões, Oliveira (2003) não concordava que somente a substituição de importações era capaz de produzir o fenômeno da industrialização. Para este autor, a industrialização só poderia se realizar a partir da constituição de um padrão de acumulação que substituísse o acesso externo da economia primária exportadora, necessitando a redefinição das relações de produção, sendo a industrialização o próprio processo de constituição desse modelo.

Neste sentido, o período de 1950 a meados de 1960, na análise de Oliveira (2003) cria um novo padrão de acumulação no Brasil. A industrialização surgiu como uma necessidade de suprir as necessidades de bens de consumo dos trabalhadores, visto que as importações continuaram para a burguesia nacional, decorrente dos desequilíbrios entre os setores I, II e III. O próprio movimento de expansão das forças produtivas via Estado, começava a investir em indústrias pesadas com fins de desenvolver o setor de bens de capital e, portanto visando a criação de uma economia de mercado nacional.

Para tanto, a criação de infraestruturas, assim como a expansão e modernização da indústria nacional, necessitava de investimentos. Mas quem seriam os agentes dessa modernização?

Oliveira (1977, p.77) em artigo denominado *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil* avalia que a conjuntura da segunda metade dos anos de 1950 foi fundamental para a estruturação de um novo modelo do padrão de acumulação no Brasil. Oliveira (*idem*) assinala que

Na primeira metade dos anos cinquenta, que corresponde quase inteiramente à presidência Vargas, o padrão de acumulação tentado para a economia brasileira fundava-se numa prévia expansão do setor de bens de produção que poderia – atente-se para o condicional – fundar as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três departamentos básicos: o produtor de bens de produção, o produtor de bens de consumo não duráveis, e o produtor de bens de consumo duráveis. (OLIVEIRA, 1977, p.77).

É partindo de tais argumentações que Oliveira (2003) entende o bloco de atividades produtivas materializadas pela ação estatal como a criação da Petrobrás, a entrada de funcionamento da Siderúrgica Nacional, na atuação da Vale do Rio doce e no projeto de criação da Eletrobrás.

Conforme Moraes (2005), a modernização na periferia das sociedades capitalistas deve ser entendida a partir de um projeto, tendo como seu principal indutor o Estado, que age como um difusor de inovações. Para tanto, o Estado utiliza como instrumento básico a realização de tais objetivos, o planejamento¹⁰, sendo este entendido como a pré-ideação da intervenção deliberada sobre os diferentes lugares. No caso brasileiro, conforme Moraes (2005) o aparelhamento de Estado para levar a cabo uma proposta de modernização planejada iniciou-se no primeiro governo Vargas, na Ditadura do Estado Novo¹¹. Neste contexto, foram criados órgãos públicos na esfera federal, interessando a intervenção no território a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este órgão em si, de acordo com Jesus Soares Pereira, responsável direto pela elaboração da Memória justificada do Plano Nacional¹² de Eletrificação, foi importante para análise de dados econômicos e demográficos a partir do censo nacional de 1940 e 1950 para aplicação do PNE.

Com uma política de centralização do poder e pautada na criação de infraestruturas visando o desenvolvimento, podemos assinalar Vargas como um dos precursores do ideário do nacional-desenvolvimentismo¹³, ou seja, acreditamos conforme Silva (2011) que o nacionalismo econômico de Vargas se contrapunha a ideologia ufanista tradicional ao defender a intervenção para o desenvolvimento, configurando-se para além de um nacionalismo, como um nacional-desenvolvimentismo. Ao discordar da leitura cepalina de Bielschowsky (1996) de que o período do governo Kubitschek representaria o auge do desenvolvimentismo nacional, Silva (2011) assevera que

¹⁰ Para o aprofundamento sobre a temática do Planejamento no Brasil e mesmo sobre uma discussão conceitual de Planejamento, ver Betty Mindlin Lafer no livro Planejamento no Brasil. 3ª edição, Editora Perspectiva, 1975. Para uma leitura específica do Nordeste e o caso da SUDENE ver Francisco de Oliveira em seu clássico Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos sociais. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

¹¹ Para uma visão aprofundada do papel do Estado no processo de modernização e industrialização do Brasil ver Sonia Draibe no livro Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960 – Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

¹² Estas afirmações foram fundamentadas de acordo com o texto de Jesus Soares Pereira contidas na Memória Justificada do Plano Nacional de Eletrificação. Rio de Janeiro. Departamento de Imprensa Nacional - fevereiro de 1954.

¹³ Discordamos da leitura de Ricardo Bielschowsky (1996, p.408-409) que afirma que o período Kubitschek representou o auge do desenvolvimentismo no pensamento econômico nacional. Concordamos com as reflexões de Silva (2011) ao afirmar que as bases para o crescimento econômico alcançado ao longo do governo JK foram estabelecidas nos anos de Getúlio Vargas. Para tais fundamentos temos a criação da CSN, o BNDE, além da elaboração do Plano Nacional de Eletrificação e o projeto de criação da ELETROBRÁS que mesmo não tendo sido implantado no Governo Vargas, criou as possibilidades de realizações do Estado, na prática, através, dos recursos do Fundo Federal de Eletrificação – FFE, administrado pelo BNDE durante o governo de JK.

De fato as bases do desenvolvimentismo pautado na industrialização foram lançadas no segundo governo Getúlio Vargas e delas o presidente Juscelino Kubitschek pode se valer, facilitando, assim, a implementação do seu Plano de Metas, que garantiu grande notoriedade ao seu governo. (SILVA, 2011, p. 127-128).

É justamente no contexto de plenas transformações políticas e econômicas, como o crescimento da produção industrial, aumento da população urbana, que surge a necessidade de ampliação e distribuição do setor elétrico nacional. Como assinalam Santos e Silveira (2013), a expansão do meio técnico-científico-informacional aumenta as necessidades em energia elétrica. O Plano Nacional de Eletrificação¹⁴ (PNE) surgiu então como uma proposta de modernizar o país e garantir o desenvolvimento industrial e urbano. Este plano foi elaborado com os objetivos de suprir a crise energética que se instalava no Brasil, assim como para o suprimento da crescente industrialização e do processo de urbanização pelo qual o Brasil vinha passando. A importância que o setor elétrico tinha para o desenvolvimento industrial do Brasil é observado no seguinte trecho:

O Plano Nacional de Eletrificação visa, simultaneamente, superar a presente crise de energia elétrica e a lançar as bases de uma edificação capaz de oferecer solução hábil e duradoura para esse difícil problema de que tanto depende todo o ulterior desenvolvimento da economia nacional. (MEMÓRIA JUSTIFICADA DO PLANO NACIONAL DE ELETRIFICAÇÃO, 1954, p.55).

Já na página 57 do documento assinalado, encontramos reflexões que afirmam que o PNE deve ser encarado como parte do programa geral de desenvolvimento nacional, com o “objetivo de alcançar para o ano de 1965, a potência de 8.000.000 kW com recursos estimados em Cr\$ 14.514.000.000,00 e na segunda etapa em Cr\$ 12.915.600.000,00”. Por questões políticas e ideológicas, sobretudo de interesse do capital internacional, o Plano Nacional de Eletrificação só veio a ser aprovado na década seguinte, permanecendo, assim, o setor elétrico como um setor estratégico para o “desenvolvimento” do capitalismo no Brasil, se estendendo o debate até a ditadura militar. É importante atentar que várias foram as usinas hidroelétricas criadas com participação do Estado nesta conjuntura, a exemplo da Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF¹⁵, da Furnas Centrais Elétricas - FURNAS, e da Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG. O Estado fi-

¹⁴ O Plano Nacional de Eletrificação do Brasil foi enviado ao Congresso Nacional na mensagem de nº 134 de 1954 com o intuito de ser executado no decorrer do decênio posterior. No plano ainda estava contida a proposta de instituição da grande empresa federal (ELETROBRÁS) para executar as obras previstas no plano a cargo na União. Tanto o Plano como a criação da ELETROBRÁS, de acordo com Silva (2011) sofreram boicotes, só sendo aprovados em 1961. A lei que originou a ELETROBRÁS é de 25 de abril de 1961 e sua implantação datada de 11 de julho de 1962. A demora para a implantação do Plano assim como para a criação da ELETROBRÁS, se deu devido as disputas entre nacionalistas e privatistas. Dentre as figuras que mais influenciaram para o atraso de implantação do plano são Lucas Lopes e Roberto Campos o primeiro na presidência e o segundo como superintendente do BNDE e apoiadores dos privatistas. O interesse era de não estatização do setor, assim como críticas a centralização do Plano.

¹⁵ Instituída pelo Decreto-Lei nº 8.031, de 3 de outubro de 1945.

cava com a parte mais onerosa (construção) sendo que a parte mais lucrativa (distribuição) ficou nas mãos da iniciativa privada, demonstrando assim o papel deste setor para a reprodução do capital.

Conforme dados retirados do PNE, dos investimentos para o decênio 1954-64, evidenciamos a supremacia dos investimentos em São Paulo com Cr\$ 14.014,2 e no Rio de Janeiro com Cr\$ 6.306,0 em relação com os as despesas na zona da Cia. Hidroelétrica do São Francisco, que iria atender vários Estados nordestinos e que receberia Cr\$ 922,4 mil cruzeiros. De acordo com Santos e Silveira (2013, p.225) “o território é revelador de diferenças, às vezes agudas, de condições de vida da população”. Os dados em si nos apresentam evidências de como se deu o processo geograficamente desigual de distribuição das infraestruturas a serem implantadas, fruto da lógica de centralização capitalista. Isto se deu, sobretudo, devido ao monopólio das empresas internacionais que não tinham interesse em investir em outras regiões do país, ficando este papel designado ao Estado. Este desequilíbrio, sobretudo no potencial instalado já era bem evidente em 1952. Segundo Bibliex (1977)

Em dezembro de 1952, entretanto, se feito novo corte na realidade brasileira, aquele desequilíbrio regional já acentuado continua manifesto: do total nacional de 1.975.000 de potência instalada, 1.320.900 ficam no Rio e em São Paulo e 255.870 em Minas gerais, elevando-se, portanto, o total dessas três unidades territoriais a 1.556.770. Sobravam, para todo o restante do país, apenas 398.230 kW, por sua vez desproporcionalmente repartidas: 104.000 no Rio Grande do Sul, 276.780 para o Norte, o Nordeste, o Leste, o Centro Oeste, e ainda o Paraná e Santa Catarina. (...) (BIBLIEX, 1977, p.38).

No caso do Nordeste em específico, o PNE previa investimentos, em especial nos Estados com maior destaque econômico, no caso Pernambuco, Bahia e Ceará. Apesar de não ter sido implantado conforme documento original, vários aspectos do Plano Nacional se concretizaram posteriormente nas décadas seguintes, principalmente na década de 1960, com a chegada dos militares ao poder¹⁶ e suas propostas de modernização conservadora.

Neste contexto, podemos elencar a criação da Eletrobrás, a expansão do setor elétrico para outras regiões do país, criação de novas infraestruturas energéticas, criação de uma indústria de materiais elétricos no Brasil. De acordo com Celso Lafer (1975) existia a previsão da elevação da capacidade de energia elétrica em 1956 de 3.500.000 kw para 5.000.000 Kw em 1960, e para 9.000.000 Kw em 1965. Em fins de 1960 conforme dados apresentados por este autor, tinham sido implantados 4.770.000 Kw, portanto 87,6% da meta e em fins de 1961 esta capacidade atingia 5.205.000 Kw.

¹⁶ Para uma leitura sobre a chegada dos militares ao poder ver DREIFFUS, René Armand. A conquista do Estado (Ação política, poder e golpe de classe) Petrópolis, Vozes, 1981; e PAULO NETO, José. Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985) – São Paulo: Cortez, 2014.

Ao analisarmos dados contidos no livro denominado *Da primeira lâmpada a criação da Eletrobrás* (1977) produção da Biblioteca do Exército (BIBLIEX, 1977), encontramos os seguintes dados para a expansão da energia elétrica no Brasil: no final de 1977, a potência instalada no país atingiu quase 23 milhões de quilowatts (kW) sendo cerca de 19 milhões de origem de origem hidrelétrica. Isso representava cerca de 4 vezes a potência instalada em fins de 1963, tendo evoluído da seguinte forma os correspondentes acréscimos médios anuais efetuados desde o final daquele ano: entre 1963 e 1977, intervalo de 14 anos tivemos o potencial de 1.128.000 kW por ano. Entre 1967 a 1977, intervalo de 10 anos tínhamos 1.460.000 kW por ano. Já entre 1972 a 1977, intervalo de 5 anos os números são de 1.886.000 KW por ano, conforme Bibliex (P.16).

Como percebemos, a demanda energética exigida pelo processo de industrialização fica evidente nos dados, assinalando para o caráter estratégico deste setor no desenvolvimento das forças produtivas. Com relação ao consumo per capita no Brasil em 1977, os dados apresentam uma média de 771 quilograma-hora por habitante, abaixo do consumo médio mundial que para o mesmo ano, era de 1.000 kWh por habitante.

De acordo com os dados obtidos pela Bibliotex (1977), no que se refere ao aumento no consumo industrial, os dados indicam que em 1977, para cada 100 kWh, 57 foram consumidos pela indústria; 19 pelas residências; 12 pelo comércio e demais serviços; 12 em iluminação pública, eletrificação rural, tração elétrica e em outras aplicações. Os dados expressam a distribuição desigual do consumo per capita em kWh por habitante ao ano por regiões no ano de 1977 respectivamente. O sudeste tinha o consumo de 71,7% e o consumo per capita por habitante ao ano de 1.313; o nordeste com 11,7% e 306 kWh; o sul com 12,5% e 533 kWh; o centro-oeste 2,5% e 316 kWh; o norte com 1,6% e 289 kWh; e o Brasil com 100,0% e 771 kWh habitante ao ano.

Como observamos, o sudeste tinha predominância no consumo de energia e isto se explica pela forte concentração industrial desta região e no papel das outras regiões dentro da redivisão social do trabalho internamente no Brasil. De acordo com Bibliex (1977),

Esta estrutura reflete, naturalmente, as diversidades econômicas regionais do país. A disponibilidade de eletricidade, no entanto, pode fazer muito para romper esse desequilíbrio, razão pela qual se investe mais nas regiões menos desenvolvidas – mas sem comprometer o desenvolvimento das regiões mais ricas. (BIBLIEX, 1977, p.18).

Ainda de acordo com esta fonte, as taxas de aumento de consumo vinham atestando isso. Dados da Bibliex (1977, p.18) para o ano de 1977, demonstram o aumento do consumo de energia por região, onde no Norte tínhamos 13,2%, o Centro-Oeste com 18,9%, o Nordeste com 17,5%, o Sul com 14,9% e o Sudeste com 11,4% e o Brasil com 12,7% no total.

Conforme os dados expostos, podemos evidenciar um maior consumo em outras regiões, a exemplo do Centro-Oeste com 18,9% e do Nordeste com 17,5%. Isso se deve em parte ao processo de ocupação do Centro-Oeste, sobretudo pela exploração dos cerrados e no caso do Nordeste as políticas regionais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que em seus planos diretores continham propostas para a eletrificação da região. Neste sentido, no caso do Nordeste, o consumo de energia elétrica em relação ao consumo total do país passou de 6,3% em 1962 para 11,7% em 1977 de acordo com Bibliex (1977, p.18).

Estas concretizações são fundamentais para entendermos o papel do setor elétrico no contexto do nacional desenvolvimentismo e na ditadura militar. Este setor em específico assumiu, tanto no Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, quanto nos governos militares (Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs), papel estratégico nas propostas governamentais. Influenciado pelas ideias dualistas cepalinas, a proposta do governo Kubitschek partia do pressuposto de que para consolidar o desenvolvimento nacional era preciso industrializar o país, mas para isso uma série de investimentos sociais e em infraestrutura se fazia necessário, sobretudo para a superação das desigualdades entre o setor de bens de produção e os bens de produção duráveis conforme Oliveira (1977).

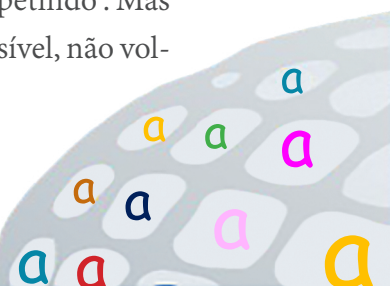
Neste contexto, o Plano de Metas ressaltava como setores prioritários para investimentos o setor industrial de base, de energia, de transportes, de alimentação e educação. Para termos ideia, somente no que concerne ao setor de energia elétrica (setor estratégico para o desenvolvimento de muitas outras infraestruturas) o Plano de Metas, conforme Lafer (1975) destinava 43,4% dos recursos. Já o setor de transportes abrangia cerca de 29,6% do planejamento inicial. É justamente no setor elétrico que faremos um paralelo entre as propostas de investimentos do desenvolvimentismo e da ditadura militar, com o contexto da gestão de Luiz Inácio da Silva.

HISTÓRIA ENQUANTO TRAGÉDIA E HISTÓRIA ENQUANTO FARSA: O PAPEL DAS INFRAESTRUTURAS PARA A FUGA DAS CRISES CAPITALISTAS

Em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2008), assinala que

Hegel observa algures que todos os grandes fatos e personagens da história universal aparecem, por assim dizer, duas vezes. Mas esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia e a outra como farsa. Caussidière por Danton, Louis Blanc por Robespierre, a Montagne de 1848 a 1851 pela Montagne de 1793 a 1795, o sobrinho pelo tio. E a mesma caricatura nas circunstâncias em que apareceu a segunda edição do 18 Brumário. (MARX, 2008, p.207).

Inúmeros são os casos em que ouvimos falar de que “a história está se repetindo”. Mas uma coisa que temos que ter ciência é de que a história é um processo irreversível, não vol-



ta e nem os processos são os mesmos. O que pode existir é o imenso peso das tradições e a utilização destas para ações no presente, com a missão de seu próprio tempo. No caso do Brasil, podemos observar que no último decênio, ressurgem velhos discursos com novas roupagens na política nacional, sobretudo na temática do desenvolvimento, planejamento e criação de infraestruturas.

Ao fazermos uma análise para além da aparência da conjuntura política e econômica do Brasil nos últimos doze anos, e mesmo dos finais da década de 1990, podemos evidenciar algumas semelhanças sócio-históricas¹⁷ com décadas anteriores, sobretudo de meados da década de 1950 a finais da década de 1970. Aquele contexto, em específico, foi marcado pelo que ficou conhecido na história brasileira como nacional-desenvolvimentismo e, posteriormente, temos a instauração da ditadura civil-militar.

O primeiro pode ser caracterizado como um conjunto de políticas econômicas por parte do Estado, visando o desenvolvimento nacional, a partir da industrialização e por uma série de transformações (sociais, econômicas políticas e culturais) que levaram a necessidade de propostas de planejamento mais sistematizadas do que as tentativas anteriores. No caso da ditadura, tínhamos uma política econômica de arrocho salarial, superexploração do trabalho, grande preocupação com o planejamento com enfoque na dimensão territorial e segurança nacional, além da falta de liberdade política.

De acordo com Celso Lafer (1975) é nesta conjuntura que temos de fato a primeira experiência de planejamento governamental sistematizado e executado no Brasil, que foi o Plano de Metas (1956-1961). Posterior a este, outras propostas de planejamento foram executadas a exemplo do Plano trienal (1963-1965), Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) e dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), todos com os objetivos de desenvolvimento econômico, industrialização, diminuição das disparidades regionais, combate a inflação e mesmo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O objetivo principal do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), por exemplo, conforme assevera Alves e Sayd (1975, p.94) era o desenvolvimento econômico e social da nação e pretendia se constituir num “projeto nacional de desenvolvimento”.

As semelhanças (levando em conta as especificidades históricas, sociais e econômicas dos dois momentos) são evidenciadas, sobretudo no que concerne as estratégias de desenvolvimento econômico e de integração nacional, propostas pelos (mandatos) de Luiz Inácio da Silva, assim como no contexto do nacional desenvolvimentismo.

¹⁷ Analisamos as semelhanças no que concerne a busca pelo planejamento como solução para o desenvolvimento econômico e na criação da infraestrutura hidroelétrica.

Ao analisarmos alguns documentos recentes dos mandatos de Luiz Inácio da Silva, o documento de referência para a abordagem da dimensão territorial do desenvolvimento nacional no Plano Plurianual 2008-2011, além do documento denominado de: Estudo da dimensão territorial para o planejamento, evidenciamos fortemente as semelhanças. Em mensagem¹⁸ Presidencial número 650, proferida ao Congresso Nacional em 30 de agosto de 2007, o então Presidente da República Luiz Inácio da Silva inicia seu discurso da seguinte forma:

O Plano Plurianual 2008-2011 PPA que apresento ao Congresso Nacional e a Sociedade brasileira responde ao desafio de acelerar o desenvolvimento econômico, promover a inclusão social e reduzir as desigualdades regionais. (BRASIL, 2007, p.7).

E continua

2 – Os fundamentos da economia estão sólidos e a confiança da sociedade tem propiciado ambiente favorável aos investimentos privados e à ampliação dos investimentos públicos, com redução contínua da taxa de juros e controle da inflação. As reservas internacionais alcançaram patamar histórico, consolidando a estabilidade econômica. (BRASIL, 2007, p.7).

3- O fortalecimento das infra-estruturas econômica, social e urbana vem ocorrendo simultaneamente com a implementação das principais políticas públicas, cujos resultados positivos já são visíveis. (BRASIL, 2007, p.7).

4- O PPA organiza as ações do governo em três eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade. O plano estabelece as metas e as prioridades a serem cumpridas pelo governo ao mesmo tempo em que são referências ao setor privado. (BRASIL, 2007, p.7).

Ao analisarmos as determinações sociais contidas no discurso do então presidente, percebemos forte semelhança com os discursos e ideias apregoadas sob influência do pensamento cepalino, sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas. Conforme Celso Lafer (1975), o Plano de Metas optou por estabelecer setores estratégicos para o desenvolvimento, pautados em conceitos como ponto de estrangulamento e ponto de germinação. De acordo com Marini (2000), o Plano de Metas se apoiou sobretudo nos investimentos públicos em setores básicos e no ingresso do capital estrangeiro. Ainda conforme Marini (2000, p.20), com o intuito de preservar o ritmo previsto, “era necessário um investimento monetário importante nas obras públicas e na construção civil. JK preferiu concentra-lás, *ad suam majorem gloriam*, na edificação de uma nova capital: Brasília”. No que concerne os investimentos estrangeiros, o autor assinala para 2 bilhões e 500 milhões de dólares, que conforme Marini, indica um “reforço considerável da posição dos grupos estrangeiros na economia brasileira”.

¹⁸ Mensagem retirada do documento BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília: MP, 2007.

Aqui percebemos que a ação conjunta do setor público e privado nos processos de acumulação de capital, o que atualmente se chama Projeto Público-Privado (PPP) já existe há longa data e que a produção do espaço é fundante nesta forma de acumulação. Conforme Lafer (1975), da utilização conjunta e integrada desses conceitos, surgiu à percepção da importância dos cinco setores abrangidos pelo Plano de Metas: energia, transporte, alimentação, indústria de bases e educação.

Não muito diferente, foi à política implementada pela ditadura militar. A crise de acumulação do “milagre” econômico evidenciou a necessidade de investir em infraestruturas. Debatendo sobre a crise do “milagre”, Chasin (2000, p.62) assinala que é preciso logo de início deixar claro o que se compreende por fracasso do “milagre”. Conforme este autor, trata-se de um fenômeno complexo da acumulação capitalista no Brasil, comportando determinações contraditórias.

Neste sentido, para facilitar a compreensão, entende-se que o “milagre” de 1968-1973 é duas vezes um fracasso do que um efetivo sucesso. Assim assinala o autor:

Ele é um fracasso, pela primeira vez, desde suas origens, desde os momentos iniciais de enorme e grave sua implantação. Nesse sentido ele é, desde logo, uma enorme e grave falsidade enquanto formulação de um projeto econômico para o país. Sob este aspecto o “milagre” é uma proposta político-econômica que jamais poderia encaminhar soluções, nem mesmo em parte, para os básicos problemas materiais que afligem de longa data as classes dominadas no Brasil. Ao contrário, a dinâmica econômica que ele propôs e implantou tem como base necessária a maciça exclusão das camadas populares dos resultados que produz. Em termos rigorosos a estrutura de produção em que se baseia o “milagre” produz necessariamente uma distribuição negativa para as classes subalternas. Para se realizar, “milagre” obrigatoriamente tem de gerar a miséria de amplas camadas populacionais; o aviltamento da maior parte da força de trabalho empregada é a condição de seu funcionamento. (CHASIN, 2000, p.62).

Continua o autor assinalando que

O “milagre” é fracasso, uma segunda vez, quando considerado como esgotamento de uma fase de acumulação. Isto é, quando se torna evidente, mesmo no nível das aparências, das relações mais visíveis e à flor da pele, que a larga acumulação efetivada entre 68-73 não tinha mais como prosseguir, que havia chegado a seu termo. Isto é, quando se torna ostensivo que a estrutura de produção em vigor não é mais capaz de prosseguir multiplicando o capital no mesmo ritmo que vinha fazendo na fase imediatamente anterior, isto é, durante os anos do “milagre”. (CHASIN, 2000, p.63).

É nesta perspectiva que o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) é lançado, mas nem por isso implementado como queriam os militares, devido a forte pressão anties-tatista. É válido somente lembrar que o acúmulo das infraestruturas do nacional desenvolvimentismo e da ditadura civil-militar fomentou um processo de acumulação posterior.

Ao analisarmos o II PND de 1975-1979, percebemos semelhanças tanto na temática do planejamento, quanto na prioridade em projetos e eixos de expansão do capitalismo brasileiro, mas com maior ênfase na questão da integração nacional com recursos de Cr\$ 165 bilhões de cruzeiros, e com propostas de investimentos e ocupação para as regiões amazônica e Centro-Oeste.

No intuito de fugir da crise de acumulação que havia se esgotado, o governo militar lança mão de todo um pacote de investimentos em infraestruturas, no desenvolvimento urbano e estratégias para o desenvolvimento do setor industrial com recursos de Cr\$ 300 bilhões de cruzeiros, além de investimentos no setor agropecuário. No que concerne à política de energia, o governo militar lança uma política que se resume basicamente em: 1- redução da dependência em relação às fontes externas de energia; 2- Emprego intensivo de energia de origem hidroelétrica; 3- Execução de Programa ampliado de energia elétrica; 4- programa do carvão; 5- Desenvolvimento de Programa de Pesquisa de fontes não convencionais de energia e 6- Produção de minerais energéticos nucleares.

No que se refere especificamente à energia elétrica, de fonte hidroelétrica, encontramos no documento a seguinte afirmativa:

Emprego intensivo de energia de origem hidroelétrica na produção de bens que exigem alto consumo de energia elétrica, visando à substituição de importações, mas, principalmente, à exportação, aproveitando a vantagem do baixo custo e do nosso imenso potencial de energia hidráulica. (II PND, p.76)

Como podemos observar os eixos de atuação do PPA (2008-2011) assinalados anteriormente e o forte discurso da criação de infraestruturas contido neste documento, sobretudo no que se refere ao Plano de Aceleração de Crescimento - PAC, são bem semelhantes às propostas contidas no Plano de Metas e nos setores priorizados por Kubitschek assim como pelas propostas contidas no II PND da ditadura militar. O fragmento do texto retirado de Brasil (2007) assim nos apresenta o PAC

O Presidente Lula, lançou em janeiro de 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um conjunto de investimentos públicos em infraestrutura econômica e social nos setores de transportes, energia, recursos hídricos, saneamento e habitação, além de diversas medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico, estímulos ao crédito e ao financiamento, melhoria do ambiente de investimento, desoneração tributária e medidas fiscais de longo prazo. (BRASIL, 2007, p. 19).

Observamos que os investimentos em infraestruturas são prioridade no PAC. Da mesma forma, de acordo com Lafer (1975) as metas principais do Plano de Metas ou eram em infraestruturas ou eram na substituição de importações, o que, a nosso ver, estava ligada à criação de infraestruturas. Afirmamos isso a partir do entendimento de que para se produ-

zir o que antes se importava, seria necessário o desenvolvimento de infraestruturas como energia elétrica, estradas, para garantir o processo de industrialização e desenvolvimento das forças produtivas. No II PND (1974) também eram dadas prioridades na criação de infraestruturas de transportes, política de desenvolvimento urbano: controle da poluição e preservação do meio ambiente (p.77-85). Mas também encontramos propostas de estratégias de desenvolvimento social (p.61-65), saneamento, programas de desenvolvimento de áreas integradas ao Nordeste e de ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste (p.52-60), todas incluídas na estratégia de integração nacional, política de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico onde contraditoriamente temos a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, investimentos em habitação caso do Banco Nacional de Habitação –BNH e da criação de grandes conjuntos habitacionais (p.97), assim como os investimentos em créditos.

Claro e evidente são as diferenças e mediações políticas e econômicas para a realização destes projetos na ditadura com os governos posteriores, mas negar as continuidades-rupturas do projeto de Brasil nascidos das décadas de 1950-1980 com a atualidade é “inserir a realidade entre parênteses” para construir uma narrativa manipulatório-epistemológica com claro posicionamento ideológico.

Fica evidente a grande esperança contida tanto no Plano de Metas, no PND assim como no PAC no que concerne a importância da criação das infraestruturas para o desenvolvimento econômico do país. Em fragmento retirado do Plano Plurianual 2008-2011 sobre o PAC, temos a seguinte assertiva:

As metas propostas pelo PAC envolvem expansão significativa do investimento público e, em decorrência, do investimento privado. A elevação do nível de investimento pelo setor público na resolução dos gargalos existentes na infraestrutura logística e energética, aliada à continuidade das políticas inclusivas – essenciais à expansão do mercado interno –, é fundamental para a expansão da capacidade produtiva nacional e elevação da produtividade sistêmica da economia. (BRASIL, 2007, p.19).

Para termos ideia, somente no que concerne ao setor de energia elétrica (setor estratégico para o desenvolvimento de muitas outras infraestruturas) o Plano de Metas, conforme Lafer (1975, p.43), como já demonstrado, destinava 43,4% dos recursos. Já o setor de transportes abrangia cerca de 29,6% do planejamento inicial. No PAC, os investimentos destes setores juntos chegaram a 20% do PIB em 2007, conforme podemos observar no trecho a seguir:

Estão previstos investimentos em infra-estrutura logística, em energia e em infraestrutura social e urbana superiores a R\$ 500 bilhões, equivalentes em 2007 a cerca de 20% do PIB, com equilibrada distribuição territorial, de modo a reduzir as desigualdades regionais. (BRASIL, 2007, p. 19).

Fica claro nos dados anteriores, apesar de os investimentos em infraestrutura em comparação com o PIB serem maiores no Plano de Metas em relação ao PAC, é preciso lembrar que o PIB da conjuntura das gestões de Luiz Inácio da Silva é bem maior que o daquela conjuntura.

A tabela a seguir retirada do Plano Plurianual 2008-2011 (BRASIL, 2007, p.19) demonstra a previsão de investimentos em infraestruturas do PAC por regiões.

Tabela 1. Previsão de Investimento em Infraestrutura no PAC, por região e tipo de infraestrutura (bilhões R\$)

Região	Logística	Energia	Infra-estrutura social e urbana	Total
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Nacional (*)	28,4	101,7	50,4	180,5
Total	58,3	274,8	170,8	503,9

**Nessa categoria reúnem-se obras que se estendem por mais de uma região ou ainda não identificadas geograficamente.*

Fonte: PPA – 2008-2011.

Os dados demonstram que no setor elétrico foram previstos os recursos de 274,8 bilhões de reais, seguido de 170,8 bilhões para o setor de infraestrutura urbana e social, distribuídos por regiões. No que concerne o setor elétrico, os dados retirados do PAC indicam a construção de 62 usinas hidrelétricas, 21 usinas termelétricas e 55 pequenas centrais hidrelétricas, bem como 48 novas usinas eólicas e oito usinas à biomassa, as quais, no seu conjunto, ampliarão a capacidade de geração de energia em cerca de 12.400 MW até 2010 e em mais 27.500 MW após 2010. Os investimentos somente em energia elétrica (fonte de hidroelétricas) atingem no setor de geração 65,9 bilhões e em linhas de transmissão 12,5 bilhões, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 - Previsão de infraestrutura energética do PAC

Setor	Meta	Investimentos (R\$ bilhões)
Energia elétrica	-	78,4
Geração	12.386 MW	65,9
Transmissão	13.826 Km	12,5

Fonte: Plano Plurianual 2008-2011.

Ao traçarmos um paralelo da conjuntura do nacional desenvolvimentismo, ditadura militar e das gestões do governo de Lula no que concerne ao potencial hidroelétrico, podemos verificar um crescente aumento, o que demonstra uma continuidade de investimentos neste setor, fundamental para o desenvolvimento das forças produtivas e um dos carros chefes do discurso do desenvolvimento nacional. O crescimento é tamanho que enquanto na conjuntura de 1960 a 1977 eram 19.000.000 milhões de quilowatts, no contexto da gestão de Lula temos a medição de 87.700 Megawatts, ou seja, enquanto o KW é representado por 10 elevado a potência de (três) 3 que corresponde a 1000. O MW corresponde por 10 elevado a potência (seis) 6 o que corresponde a 1.000.000. A tabela apresenta os seguintes dados:

Tabela 3: Paralelo da evolução do potencial hidroelétrico no Brasil nas décadas de 1960, 1970 e no ano de 2010.

Ano	Potencial hidroelétrico (kW) 1000	Potencial hidroelétrico (MW) 1 milhão
1960	4.770.000	4.770
1961	5.205.000	5.205
1974	17.600.000	17.600
1977	19.000.000	19.000
1979*	28.000.000	28.000
2010	80.700.000	87.700

*Previsão de aumento do potencial

Fontes: BIBLIEX e ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE ENERGIA ELÉTRICA DE 2013.

O crescente aumento da demanda do potencial elétrico assinala para grandes montantes de capital. Tanto os dados expostos, assim como os discursos dos dois momentos históricos nos levaram a reflexões interessantes: estaria a história se repetindo? O Brasil teria de fato passado por uma brusca ruptura em sua história política-econômica? Den-

tro de uma interpretação do movimento da história numa perspectiva da longa duração de Braudel (2007), estaríamos vivendo uma continuidade das propostas econômicas das décadas de 60 e 70 do século XX e vivendo um neodesenvolvimentismo? Ou estaríamos conforme reflexões levantadas por Marx em os 18 Brumários, vivendo a história enquanto farsa? Tais indagações são complexas de serem respondidas no momento atual no calor dos debates e possivelmente só serão respondidas em momentos posteriores. Mas alguns indicativos podem ser assinalados. Dentre eles assinalamos o papel que a criação de infraestruturas tem para fuga das crises capitalistas.

Harvey (2005a; 2005 b), ao debater os ordenamentos espaço-temporais, assinala para o papel exercido pela criação de infraestruturas na produção do espaço e por consequência para o processo de acumulação capitalista. Conforme discussões deste autor, a necessidade do capital em fugir de suas crises de sobreacumulação, terminam por forçar investimentos de capital em setores e em novos espaços propícios a acumulação de capital a curto e longo prazo.

Na tentativa de absorver o excedente e instaurar um novo patamar de acumulação, os capitalistas, segundo Harvey (2006 e 2005b), podem recorrer às seguintes estratégias: i) desvalorização de mercadorias, da capacidade produtiva, do valor do dinheiro, da força de trabalho; ii) controle macroeconômico, impondo um sistema de regulação para conter o problema da superacumulação; e iii) absorção da superacumulação por deslocamento temporal e/ou espacial. Estes deslocamentos são exemplificados na citação seguinte:

Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimento em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). (HARVEY, 2005b, p. 93-94).

Aqui podemos situar a criação de infraestruturas, sobretudo a de energia elétrica, que além de necessitar de grandes investimentos de capital privado e estatal e de demanda de força de trabalho, transforma totalmente imensas dimensões territoriais e fundamentam o aumento da capacidade produtiva do setor industrial. Podemos, com isto, afirmar que boa parte de capitais investidos em infraestruturas, sobretudo no setor elétrico das décadas de fins dos anos de 1950 ao final da ditadura civil-militar, foram fundamentais para o processo de acumulação posterior a crise de acumulação daquela conjuntura. Neste sentido, as infraestruturas criadas naquele contexto para combater a crise de acumulação da ditadura, contribuíram para um processo de acumulação posterior, funcionando na forma de acumulação em espiral, ou seja, uma continuidade-ruptura da acumulação da con-

juntura do nacional desenvolvimentismo e ditadura militar que vieram a se concretizar no período dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio da Silva, mesmo com a influência do neoliberalismo.

Como podemos observar, tanto na conjuntura do nacional desenvolvimentismo e ditadura militar, assim como nos mandados de Lula, o processo dialético de crise-expansão do capital exigiram investimentos em infraestrutura para a garantia da reprodução ampliada do capital, tendo o setor elétrico papel bem evidente neste processo. Mas a diferença é que na conjuntura no nacional desenvolvimentismo, o Brasil travava debates infundáveis sobre a necessidade de desenvolver o capitalismo brasileiro, sobretudo em bases industriais e assim nos tornarmos um país capitalista autônomo. Passados tantos anos, o discurso parece se repetir e as propostas de investimentos em grandes projetos de infraestruturas continuam em alta, basta observar os investimentos na usina de Belo Monte, na integração do Rio São Francisco etc.. A questão é, será que de fato nos tornaremos autônomos ou mais uma válvula de escape dos investimentos de capitais estrangeiros?

CONCLUSÃO

A análise dos investimentos em infraestruturas para a garantia de reprodução do capital no contexto brasileiro nos permitiu evidenciar semelhanças em eixos de desenvolvimento particulares entre dois contextos históricos, o período do nacional desenvolvimentismo e ditadura militar, com o recente governo presidencial de Luiz Inácio da Silva.

Pautados na análise documental como importante recurso analítico para a apreensão geográfica e no uso de dados estatísticos pudemos constatar elementos de permanência-rupturas dos recortes temporais estudados.

Nestes diferentes contextos podemos evidenciar que a necessidade do planejamento como ferramenta de gestão, a preocupação com o discurso do crescimento econômico e de integração nacional com forte ênfase ao território e, sobretudo dos investimentos em grandes obras de infraestrutura são fatos comuns. Isto evidencia que, grande parte dos projetos de modernização e das transformações geridas pelos agentes do capital se deu “pelo alto”, ou seja, por um pequeno grupo que pensa as transformações do país, o que por consequência excluem as massas trabalhadoras.

Ao debatermos o setor de energia elétrica como um dos setores de modernização da base territorial, evidenciamos o papel de destaque que este setor teve nas propostas de desenvolvimento econômico dos dois períodos analisados, fato que nos levou a concluir so-

bre a importância do papel da criação de infraestruturas para a acumulação de capital e para soluções temporárias para as crises de sobreacumulação.

Disto, concluímos ainda que boa parte dos projetos de modernização e de integração do território nacional são frutos da conjuntura que se inicia no período de 1950 a 1985, demonstrando que a história, assim como a produção do espaço não é constituído somente de rupturas, mas também de continuidades, constituindo assim, a verdadeira dialética da história enquanto uma substância de movimento e permanência.

REFERÊNCIAS

1. BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, 480p.
2. BOITO JR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV, São Paulo, 2012.
3. BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
4. ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. 2000.
5. HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. (Coleção Geografia e Adjacências). São Paulo: Annablume, 2005a.
6. _____. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005b.
7. HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
8. LAFER, Betty mindlin. **Planejamento no Brasil**. 3ª edição, Editora Perspectiva, 1975.
9. LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: Fase superior do capitalismo**. 4ª Ed. São Paulo: Centauro, 2008.
10. LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. 2ª ed. – São Paulo: Nova cultural, 1985.
11. MARINI, Rui Mauro. **Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Rui Mauro Marini**. Org; Emir Sader. – Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
12. MARX, Karl. **Os 18 Brumários de Luiz Bonaparte 1851-1852**. edição Ridendo Castigat Mores- fonte digital, 2000.
13. MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências Humanas**. 4ª. Edição. – São Paulo: Annablume, 2005.
14. NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1985.

15. NUNES, Flaviania Gasparotti. **O econômico na geografia: Influências do pensamento econômico na produção geográfica (1970-2001)**. Tese de doutorado, UNESP, Presidente Prudente – SP, 2004.
16. OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro, edições Graal, 1980.
17. _____. **Elegia para uma Re(li)ção: Sudene, Nordeste, planejamento e conflitos sociais**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.
18. _____. **Crítica a razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
19. PINISSI, Maria Orlanda. “Neodesenvolvimentismo” e trabalho no Brasil. In: V **Seminário CETROS – Imperialismo, dependência e lutas sociais**. Fortaleza. 2015.
20. _____. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Revista Herra-mienta** n. 46, ano XV, março de 2011 (Buenos Aires, Argentina).
21. _____. Trabalho, desenvolvimento e nacionalismo: desafios atuais da periferia estrutural do sistema. **Política & Sociedade**. Nº 13; outubro de 2008.
22. SILVA, Marcelo Squinca da. **Energia Elétrica: Estatização e desenvolvimento, 1956-1967**. São Paulo: Alameda, 2011.
23. SANTOS, Milton e SILVEIRA Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 17ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.

FONTES DOCUMENTAIS

24. AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (BRASIL). Atlas de energia elétrica do brasil. ed. – Brasília : Aneel, 2008.
25. BRASIL. **Anuário estatístico de energia elétrica**. Rio de Janeiro, 2013.
26. BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979**. Setembro de 1974.
27. _____. **Plano Plurianual 2008-2011**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de planejamento e investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2007.
28. _____. **Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento: Volume I, II e III**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de planejamento e investimentos Estratégicos. Brasília: MP, 2008.
29. PEREIRA, Jesus Soares. Memória justificada do Plano Nacional de Eletrificação. In: Presidência da República. **Plano nacional de Eletrificação e centrais elétricas S.A.** Rio de Janeiro, departamento de imprensa Nacional, 1954.
30. PORTAL BRASIL - <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/11/matriz-energetica>. Acesso: 20/08/2015.
31. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Plano Nacional de Eletrificação e Centrais Elétricas S.A.**, departamento de imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1954.

Artigo recebido em 29 de junho de 2015.

Artigo aceito em 27 de agosto de 2015.